

SUMÁRIO

PARTE I

ACESSO À JUSTIÇA E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

1

NOTA INTRODUTÓRIA 31

2

ACESSO À JUSTIÇA 33

2.1 Da autotutela ao protagonismo da jurisdição estatal..... 33

2.2 Jurisdição estatal: o entendimento do modelo ainda protago-
nista para que outros modelos deixem a coadjuvação..... 47

2.2.1 A função jurisdicional estatal..... 47

2.2.2 As aptidões da função jurisdicional impedem outros
meios? 62

2.2.3 Quais seriam os possíveis empecilhos? 65

2.2.4	A leitura proposta por Richard Susskind quanto à resistência à implementação das tecnologias da informação na resolução de conflitos.....	66
2.3	As dimensões de Acesso à Justiça: as tecnologias da informação fomentam a existência e reconhecimento de uma nova dimensão?.....	68
2.3.1	A primeira dimensão do Acesso à Justiça: a relativização de custos financeiros	71
2.3.2	A segunda dimensão do Acesso à Justiça: a tutela dos direitos transindividuais	72
2.3.3	A terceira dimensão do Acesso à Justiça: o agregar de outros procedimentos de resolução de conflitos	78
2.3.3.1	A ideia de um modelo multiportas e o papel das tecnologias da informação	82
2.3.3.2	A Resolução nº 125/2010 do CNJ e a “Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário”	86
2.3.3.3	Principais meios consensuais: negociação, conciliação e mediação.....	90
2.3.3.4	Outras situações: arbitragem, avaliação de terceiro neutro, <i>minitrial</i> , juiz de aluguel e cláusula escalonada de mediação e arbitragem.....	94
2.3.4	A quarta dimensão do Acesso à Justiça e a proposta de Kim Economides: o acesso dos operadores do Direito à Justiça.....	96
2.3.5	As tecnologias da informação e a proposta por uma nova dimensão do Acesso à Justiça.....	97
2.4	A escolha pela denominação Princípio do Acesso à Justiça	102
2.5	Natureza principiológica do Acesso à Justiça	107
2.6	O artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal: uma visão geral.....	116
2.7	O Acesso à Justiça como direito fundamental.....	120
2.8	Os quatro elementos de Acesso à Justiça: os focos de aprimoramento.....	136

PARTE II

**RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
ALÉM DA JURISDIÇÃO ESTATAL**

1

NOTA INTRODUTÓRIA 149

2

ONLINE DISPUTE RESOLUTION - ODR..... 151

2.1 As ODRs alteram o interesse processual no ingresso no Judiciário ou a tramitação de ações já propostas?..... 154

2.2 As cortes online ou Justiça digital: a jurisdição estatal que se desenvolve de forma online..... 160

 2.2.1 A Resolução nº 345 do CNJ e sua importância enquanto marco das cortes online no Brasil..... 165

 2.2.2 A Resolução nº 372 do CNJ: criação do “Balcão Virtual” 170

 2.2.3 Como garantir o devido processo legal nas cortes online? A necessidade de equilíbrio entre a eficiência e celeridade dos instrumentos digitais e o devido processo..... 171

 2.2.3.1 Contraditório e igualdade nas cortes online 185

 2.2.4 Cortes online e a competência territorial..... 187

3

ARBITRAGEM ONLINE 193

3.1 A arbitragem e seu papel como mecanismo de Acesso à Justiça 193

3.2 A arbitragem online 202

3.2.1	Algumas experiências de relevo na arbitragem online	203
3.3	Benefícios e desvantagens da arbitragem online.....	205
3.4	A arbitragem tradicional versus a arbitragem online: proposta de leitura a partir do devido processo legal.....	211
3.4.1	A arbitragem tradicional.....	211
3.4.1.1	Devido processo legal	211
3.4.1.2	Igualdade.....	215
3.4.1.3	Contraditório	216
3.4.1.4	Motivação das decisões arbitrais	224
3.4.1.5	Independência e imparcialidade dos árbitros	229
3.4.1.6	A autonomia da vontade e o devido processo legal.	231
3.4.2	A arbitragem online	233
3.4.2.1	Devido processo legal	233
3.4.2.2	Igualdade.....	240
3.4.2.3	Contraditório	242
3.4.2.4	Motivação das decisões arbitrais	243
3.4.2.5	Independência e imparcialidade dos árbitros	244
3.4.2.6	A autonomia da vontade e o devido processo legal.	246

4

DESIGN DE SISTEMAS DE DISPUTAS - DSD	249
---------------------------------------------------	------------

5

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS.....	253
5.1 Algumas cortes online pelo mundo.....	253
5.2 O Modria e as plataformas europeias de resolução de conflitos de consumo	256
5.3 Tribunal de Resolução Civil de Conflitos da Columbia Britânica, Canadá	257

5.4 Corte de Internet de Beijing, China	259
5.5 ODR na recuperação judicial: ruptura de paradigmas na preservação da empresa.....	261
5.6 Consumidor.gov.br.....	261
5.7 Plataforma de Mediação Digital do Poder Judiciário	266
5.8 Plataforma digital do Centro de Mediação da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP	267
5.9 Sistema Administrativo de Conflitos de Internet – SACI-Adm.	269
5.10 Mercado Livre.....	274
5.11 Proposta à Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD ...	277

PARTE III

OUTROS TEMAS PERTINENTES À RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

1

NOTA INTRODUTÓRIA	281
--------------------------------	------------

2

PROVAS DIGITAIS	283
2.1 Direito constitucional à prova.....	284
2.2 Conceito de prova digital.....	288
2.3 Pressupostos de validade e utilidade da prova digital	292
2.4 Tríade principiológica da atividade probatória digital: vedação da prova ilícita, liberdade probatória e persuasão racional do destinatário	296
2.5 Provas digitais em espécie: o Acesso à Justiça em termos práticos em matéria probatória.....	306

3

IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIO NA INTERNET: PRESSUPOSTO AO ACESSO À JUSTIÇA	327
3.1 A identificação e o Acesso à Justiça.....	327
3.2 Aspectos iniciais	328
3.3 Dever de guarda e fornecimento dos dados de porta lógica de origem.....	337
3.4 Ausência de um procedimento especial da obtenção das informações: a busca por um procedimento que otimize o Acesso à Justiça.....	339

4

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD E SEUS PRINCIPAIS REFLEXOS NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS.....	351
4.1 Nota introdutória sobre a LGPD e os reflexos na resolução de conflitos e uma leitura a partir de dois diferentes focos.....	351
4.2 Os direitos dos titulares em enfoque	353
4.2.1 Os interesses jurídico e processual do titular do dado pessoal na LGPD.....	353
4.2.2 Legitimidade ativa para resolver os conflitos em defesa dos interesses do titular do dado pessoal	358
4.2.3 Principais ações à disposição do titular dos dados pessoais: o processo civil como instrumento da proteção de dados pessoais	363
4.3 Os agentes de tratamento como protagonistas.....	366
4.4 A proteção dos dados pessoais no processo digital: o direito à proteção dos dados apresentados no processo	371

5

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	375
5.1 O que parece ser a inteligência artificial – IA?.....	375
5.2 A utilização da inteligência artificial na resolução de conflitos .	378
5.3 Alguns possíveis limites.....	390
5.3.1 Limites aos mecanismos de resolução não jurisdicionais	390
5.3.2 Limites aos mecanismos de resolução jurisdicionais.....	393

6

EXECUÇÃO	395
6.1 A execução, sua íntima relação com o Acesso à Justiça e o papel das tecnologias da informação.....	395
6.2 Penhora de criptoativos: possibilidade?	401
6.2.1 Como funcionam os criptoativos.....	401
6.2.2 O que é a penhora.....	404
6.2.3 Princípios da tutela executiva.....	404
6.2.4 Os bens passíveis de serem penhorados.....	409
6.2.5 Viabilidade prática da penhora dos criptoativos.....	410
6.3 A executividade de contratos assinados eletronicamente	413

7

OS JULGAMENTOS VIRTUAIS E OS JULGAMENTOS E AUDIÊNCIAS POR VIDEOCONFERÊNCIA	423
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	429